

**RESOLUÇÃO DA PRESIDENTA DA
CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS
22 DE FEVEREIRO DE 2024**

**PEDIDO DE PARECER CONSULTIVO OC-32
APRESENTADO PELA REPÚBLICA DO CHILE E PELA REPÚBLICA DA COLÔMBIA
SOBRE EMERGÊNCIA CLIMÁTICA E DIREITOS HUMANOS**

VISTO:

1. O pedido de parecer consultivo apresentado à Corte Interamericana de Direitos Humanos (doravante "a Corte Interamericana", "a Corte" ou "o Tribunal") por parte da República do Chile e da República da Colômbia (doravante "os Estados requerentes") em 9 de janeiro de 2023 sobre "Emergência Climática e Direitos Humanos".¹

2. As notas de 16 de março de 2023, por meio das quais, de acordo com os artigos 73.1 e 73.2 do Regulamento da Corte (doravante "o Regulamento"), a Secretaria da Corte (doravante "a Secretaria") comunicou a todos os Estados membros da Organização dos Estados Americanos (doravante "a OEA"), ao Secretário-Geral da OEA, ao Presidente do Conselho Permanente da OEA, à Comissão Interamericana de Direitos Humanos, bem como a outros órgãos da OEA, que a Presidência da Corte, em consulta com o Plenário, havia fixado o dia 18 de agosto de 2023 como prazo final para a apresentação de observações escritas sobre o referido pedido. Da mesma forma, as notas da Secretaria de 5 de julho e 10 de outubro de 2023, através das quais notificou-se a todos os mencionados anteriormente sobre a prorrogação desse prazo, inicialmente até 18 de outubro e, posteriormente, até 18 de dezembro de 2023.

3. As notas da Secretaria de 22 de março, 13 de abril, 24 de abril e 4 de maio, bem como as publicações realizadas no site da Corte, através das quais, de acordo com os artigos 73.2 e 73.3 do Regulamento do Tribunal, a Presidência convidou a todos os interessados a apresentar suas observações escritas sobre os pontos submetidos à consulta e informou sobre o prazo inicialmente concedido e as subseqüentes prorrogações.

4. Os escritos por meio dos quais os seguintes Estados apresentaram suas observações escritas: 1) República da Costa Rica; 2) República de Vanuatu; 3) República de Barbados; 4) República do Paraguai; 5) República da Colômbia, 6) República do Chile; 7) República de El Salvador; 8) República do Brasil e 9) Estados Unidos Mexicanos.

¹ A República do Chile e a República da Colômbia designaram como agentes para a presente solicitação, respectivamente, a Tomás Ignacio Pascual Ricke e Luis Ernesto Vargas Silva.

5. O escrito através do qual os seguintes órgãos da Organização dos Estados Americanos apresentaram suas observações escritas: 1) Instituto Pan-Americano de Geografia e História; 2) Comissão Interamericana de Mulheres; 3) Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) e Relatoria Especial sobre Direitos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais (REDESCA) e 4) Instituto Interamericano da Criança e do Adolescente.

6. Os escritos por meio dos quais os seguintes órgãos e organismos internacionais apresentaram suas observações escritas: 1) Representante Especial do Secretário-Geral das Nações Unidas sobre violência contra crianças; 2) ONU Habitat; 3) Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos; 4) Relator Especial das Nações Unidas sobre a proteção e promoção dos direitos humanos no contexto das mudanças climáticas; 5) Comitê Científico Consultivo da Coalizão Clima e Ar Limpos; 6) Relatores Especiais das Nações Unidas sobre substâncias tóxicas e direitos humanos, sobre direitos humanos e meio ambiente, e sobre o direito ao desenvolvimento; 7) Organização Internacional para as Migrações (OIM); 8) Relatora Especial das Nações Unidas sobre os direitos humanos dos deslocados internos; 9) Fórum Permanente para Questões Indígenas das Nações Unidas; 10) Comissão dos Pequenos Estados Insulares sobre Mudança Climática e Direito Internacional; 11) Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados; 12) Centro do Sul; 13) Escritório da Secretaria da Convenção de Aarhus e do Relator Especial das Nações Unidas sobre Defensores do Meio Ambiente no âmbito da Convenção de Aarhus e 14) International Union for Conservation of Nature.

7. Os escritos através dos quais os seguintes órgãos estatais apresentaram suas observações escritas: 1) Procurador de Direitos Humanos (Guatemala); 2) Ministério Público de Defesa - Defensoria-Geral da Nação (Argentina); 3) Procurador da Suprema Corte de Justiça da Província de Santa Fé (Argentina); 4) Defensora dos Direitos das Crianças (Argentina); 5) Instituto Federal da Defensoria Pública (México); 6) Comissão Estadual de Direitos Humanos de Jalisco (México); 7) Comissão Estadual de Direitos Humanos de Puebla (México); 8) Intendência de Montevidéu (Uruguai); 9) Defensoria do Povo (Equador) e 10) Comissão Nacional de Direitos Humanos de Honduras (CONADEH).

8. Os escritos por meio dos quais as seguintes comunidades, diretamente ou em conjunto com algumas organizações não governamentais, apresentaram suas observações escritas: 1) Organización Identidad Territorial Malalweche; 2) Organización Territorial Mujeres en Zona de Sacrificio en Resistencia (MUZOSARE); 3) Mujeres Unidas en Defensa del Agua: Lago Titicaca Perú-Bolivia; 4) Comunidades de La Gran Parada, El Rocío e Organización Fuerzas de Mujeres Wayuu de La Guajira (Colômbia); 5) Povos Wiwa e Kankuamo de la Sierra Nevada de Santa Marta (Colômbia); 6) Comunidades pertencentes ao Povo Lenca, Comunidades pertencentes ao Povo Tolupán, Consejo Cívico de Organizaciones Populares e Indígenas de Honduras (COPINH), Movimiento Amplio por la Dignidad y la Justicia (MADJ) e Women's Link Worldwide (WLW); 7) Conselhos Indígenas que compõem o Macroterritório de los Jaguares del Yuruparí (na Amazônia oriental colombiana) e Fundación Gaia Amazonas; 8) Confederación Indígena de Neuquén (Argentina); 9) Coordinadora de Desarrollo y Defensa de los Pueblos Indígenas de la región San Martín (CODEPISAM), Federación de Pueblos Indígenas Kechwa Chazuta Amazonía (FEPIKECHA), Federación de Pueblos Indígenas Kechwas del Bajo Huallaga San Martín (FEPIKBHSAM), Instituto de Defensa Legal (IDL), Forest Peoples Programme (FPP), Fundação para o Devido Processo (DPLF); 10) Confederación de Nacionalidades Indígenas del Ecuador (CONAIE), Fundación Pachamama, Centro de

Derechos Humanos de la Pontificia Universidad Católica del Ecuador (CDH PUCE) e Coordinadora Ecuatoriana de organizaciones para la Defensa de la Naturaleza y el Medio Ambiente (CEDENMA); 11) Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (APOINME), Conselho Terena; 12) Guadalupe Cobos Pacheco, Áurea Sánchez Hernández e Yesenia del Socorro Albino Sánchez, em representação da Comunidade de El Bosque (Tabasco, México), Nuestros Derechos al Futuro y Medio Ambiente Sano A.C. (Nuestro Futuro), Conexiones Climáticas A.C. e Greenpeace México; 13) EarthRights International, em conjunto com as comunidades e organizações indígenas, campesinas e afrodescendentes que assinam o documento; 14) Amazon Watch, Observatório dos Protocolos Autônomos de Consulta e Consentimento Prévio, Livre e Informado, Centro de Pesquisa e Extensão em Direito Socioambiental (CEPEDIS), Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (APOINME), Associação Indígena Munduruku Dace, Instituto ClimaInfo, Organización de Pueblos Indígenas de la Amazonía Colombiana (OPIAC), Asociación Interétnica de Desarrollo de la Selva Peruana (AIDSEP), Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), Confederación de Nacionalidades Indígenas de la Amazonía Ecuatoriana (CONFENIAE), Alianza por los Derechos Humanos de Ecuador, Unión de Afectados y Afectadas por las Operaciones Petroleras de Texaco (UDAPT) e Federación de Organizaciones Indígenas del Napo (FOIN); 15) André Soares Oliveira, Adryel Gomes dos Santos, Alissa Laura Amaro Pereira, José Gabriel Gomes Ribeiro, Lara Victoria Arnaud Sampaio Campos, Letícia Lopes de Almeida e Mateus de Sá Barreto Sabiá; 16) Patricia Gualinga Montalvo, Assessora Política do Povo Indígena Kichwa de Sarayaku e 17) Justiça Global e APOINME - Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo.

9. Os escritos por meio dos quais as seguintes organizações não governamentais apresentaram suas observações escritas: 1) Avaaz Foundation; 2) Our Children's Trust, University Network for Human Rights, e Centro Mexicano para la Defensa del Medio Ambiente A.C.; 3) Child Rights International Network (CRIN) e University of Nottingham Human Rights Law Centre; 4) Center for International Environmental Law (CIEL), NYU Climate Law Accelerator (CLX), Greenpeace International (GPI), Open Society Justice Initiative (OSJI) e Union of Concerned Scientists (UCS); 5) Institute for Governance & Sustainable Development; 6) ClientEarth; 7) International Network of Civil Liberties' Organizations; 8) Fossil Fuel Non-Proliferation Treaty Initiative; 9) Oil Change International e Bank Climate Advocate; 10) Global Legal Action Network (GLAN); 11) Centro Mexicano de Derecho Ambiental (CEMDA), Nuestros Derechos al Futuro y Medio Ambiente Sano A.C. (Nuestro Futuro A.C.), Iniciativa Climática de México (ICM), Comité Campesino del Altiplano (CCDA) e Unión Verapacense de Organizaciones Campesinas (UVOC); 12) World's Youth for Climate Justice (WYCJ); 13) EarthJustice; 14) International Trade Union Confederation (ITUC) e Trade Union Confederation of the Americas CSA (TUCA); 15) Climate Analytics Caribbean; 16) Oxfam America; 17) Center for Water Security and Cooperation; 18) Global Climate & Health Alliance; 19) Asociación Centro de Derecho Ambiental y los Recursos Naturales (CEDARENA); 20) Alianza Hondureña ante el Cambio Climático; 21) Kura Oqlló Proyecto para los Derechos Humanos; 22) La Ruta del Clima; 23) Open Society Justice Initiative; 24) Associação Interamericana de Defensorias Públicas; 25) Frente Sindical de Acción Climática (FSAC); 26) Corporación Fiscalía del Medio Ambiente (FIMA); 27) Territorios Diversos para la Vida; 28) Center for Democratic and Environmental Rights (CDER); 29) Centro de Derechos Humanos y Ambiente (CHRE) e Fast Action on Climate to Ensure Intergenerational Justice (FACE); 30) Anistia Internacional; 31) Asociación civil Qhumanta; 32) Red Latinoamericana y Caribeña de Niñas, Niños y Adolescentes (REDNNyAs) e Movimiento Latinoamericano de niñas, niños y adolescentes trabajadores

(MOLACNNATS); 33) Acción Ecológica de Ecuador; 34) Coalición Latinoamericana por el Aire Libre (ALAIre); 35) Centro de Derechos Humanos y Ambiente (CEDHA) Argentina; 36) Iniciativa Americana por la Justicia; 37) Instituto de Pequeños y Micro Estados; 38) Red Internacional sobre Cambio Climático, Energía y Derechos Humanos (RICEDH); 39) Asociación Civil por la Igualdad y la Justicia (ACIJ), Centro de Estudios Legales y Sociales (CELS), Fundar Centro de Análisis e Investigación, Center for Economic and Social Rights (CESR) e Ruta del Clima; 40) Associação Interamericana para a Defesa do Meio Ambiente (AIDA); 41) Abogadas y Abogados del Noroeste Argentino en Derechos Humanos y Estudios Sociales (ANDHES); 42) Equipo de Trabajo en Sexualidades y Género AKĀHATĀ, Asociación Feminista Trans AFET, Organización Trans Reinas de la Noche OTRANS-RN, Federación Nacional de Madres, Padres y Familias de Personas con Discapacidad, Colectiva Mariposas, Centro de Atención Progreseño para la Discapacidad (Honduras), Asociación Vidas Paralelas - Quetzaltenango (Guatemala); 43) Asociación Ambiente y Sociedad (AAS); 44) Centro Mexicano de Derecho Ambiental (CEMDA), Healthy Reefs for Healthy People Associação Interamericana para a Defesa do Meio Ambiente (AIDA); 45) El Veinte, Observatorio del Derecho a la Comunicación (ODC) Chile, Media Defence, Espacio Público e ABRAJI; 46) International Lawyers Assisting Workers (ILAW) Network; 47) Asociación Sostenibilidad Equidad y Derechos Ambientales (ENDA) Colombia; 48) La Ruta del Clima, Asociación Interamericana para la Defensa del Ambiente (AIDA), Center for International Environmental Law (CIEL), e International Network for Economic, Social and Cultural Rights (ESCR-Net); 49) Fundación para el Estado de Derecho; 50) Associação Interamericana para a Defesa do Meio Ambiente (AIDA), Liga Salud Trans, Colombia Diversa, Fundación Plurales, MadreSelva Colectivo Ecologista, Women's Link Worldwide, Instituto Cordilheira, Tierra Viva y Frida- Young Feminist Fund; 51) Centro de Información sobre Empresas y Derechos Humanos (CIEDH); 52) Movimiento Ciudadano frente al Cambio Climático (MOCICC); 53) Fundación Ambiente y Recursos Naturales (FARN); 54) Fundación ProBono Colombia; 55) Sin Fronteras IAP; 56) Centro pela Justiça e o Direito Internacional (CEJIL), em conjunto com 21 ONGs; 57) Corporación Jurídica Libertad; 58) Centro de Información sobre Empresas y Derechos Humanos, Colectivo de Abogados y Abogadas José Alvear Restrepo (CAJAR), Pax Christi Internacional Programa para América Latina y el Caribe, e Comité Ambiental en Defensa de la Vida; 59) Frente para a América Latina da Juventude do Mundo pela Justiça Climática (World's Youth for Climate Justice); 60) Red Federal y Plurinacional de Niñeces, Adolescencias y Juventudes (RED NAYJ); 61) Centro pela Justiça e o Direito Internacional (CEJIL), em conjunto com Asociación Civil DONCEL, Colectivo de Derechos de Infancia y Adolescencia de Argentina, Coordinadora por los Derechos de la Infancia y la Adolescencia (CDIA) Paraguay; Fundación Emmanuel, Instituto Alana, ONG de Desarrollo Covacha, Plan International, e World's Youth for Climate Justice (WYCJ); 62) Centro pela Justiça e o Direito Internacional (CEJIL), Julieta Rossi, Rosa Celorio, Reinhold Gallmetzer, Center for Climate Crime Analysis (CCCA), Alexandra Huneus, Claudia Martin e Patricia Galvão Ferreira; 63) Centro de Direitos Reprodutivos; 64) Iniciativa Global pelos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (GI-ESCR) e Ombudsman Energía México (OEM); 65) Xumek Asociación para la Promoción y Protección de los Derechos Humanos; 66) FIAN Colombia; 67) Campaña Plurinacional del Agua para la Vida, Fundación Ayuda a la Niñez y la Juventud Che Pibe; 68) Instituto Internacional de Derecho y Sociedad (IIDS); 69) Defensoría Ambiental; 70) Associação Interamericana para a Defesa do Meio Ambiente (AIDA), Fundação para o Devido Processo (DPLF), European Center for Constitutional and Human Rights (ECCHR), FIAN International, Forest Peoples Programme (FPP), Instituto de Defensa Legal (IDL), Jackie Dugard, Minority Rights Group International (MRG), Proyecto de Derechos Económicos, Sociales y Culturales (ProDESC), Open Society Justice Initiative (OSJI); 71) Centro por la Justicia, Democracia e Igualdad (CEJUDI); 72) Defiende Venezuela; 73) Associação Interamericana de Defensorias Públicas; 74) Centro de Estudios de Derecho Justicia y

Sociedad (Dejusticia); 75) LACLIMA (Latin American Climate Lawyers Initiative for Mobilizing Action), Grupo de Trabalho de Regime Internacional de Mudanças Climáticas; 76) Conectas Direitos Humanos; 77) ARTIGO 19 Brasil e América do Sul; 78) Direito Internacional Sem Fronteiras; 79) LACLIMA (Latin American Climate Lawyers Initiative for Mobilizing Action), Grupo de Trabalho de Agricultura e Clima da LACLIMA e 80) Observatorio para la Gobernanza Marino Costera.

10. Os escritos por meio dos quais as seguintes organizações não governamentais apresentaram suas observações escritas, juntamente com pessoas da sociedade civil ou instituições acadêmicas: 1) Center for Gender & Refugee Studies (CGRS), International Refugee Assistance Project (IRAP), Global Center for Legal Environmental Studies (GCELS) at the Elisabeth Haub School of Law at Pace University, Sir Arthur Lewis Institute of Social and Economic Studies (SALISES) of The University of the West Indies (Mona), Alianza Americas, Refugees International e Shana Tabak; 2) Asociación del Código Internacional de Conducta, Fundación Arias para la Paz y el Progreso Humano, Instituto de Enseñanza para el Desarrollo Sostenible, Centro de Ginebra para la Gobernanza del Sector de la Seguridad, Consultorio Jurídico de la Universidad El Bosque, Instituto de Estudios para el Desarrollo y la Paz, e outros especialistas temáticos; 3) Clínica Ambiental, Acción Ecológica e Programa Andino de Derechos Humanos de la Universidad Andina Simón Bolívar; 4) Centro pela Justiça e o Direito Internacional (CEJIL), Global Action Plan, Kyklos e várias universidades; 5) Robert F. Kennedy Human Rights, Centre for Human Rights of the University of Pretoria, Amazon Watch, Red Latinoamericana y del Caribe para la Democracia (REDLAD), ARTICLE 19: Global Campaign for Free Expression, Iniciativa Global pelos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (GI-ESCR) e International Service for Human Rights (ISHR); 6) Centro pela Justiça e o Direito Internacional (CEJIL), Alexandra Huneus, Centro Mexicano de Derecho Ambiental, A.C. (CEMDA), Center for Climate Crime Analysis (CCCA), Rosa Celorio e Patricia Galvão Ferreira; 7) Asociación Defensoría Ambiental, Centro Mexicano para el Derecho Ambiental (CEMDA), Centro para el Derecho Ambiental Internacional (CIEL), Comunicación y Educación Ambiental, Cultura Ecológica, Centro de Derechos Económicos Sociales y Culturales (CDES), Derecho Ambiente y Recursos Naturales (DAR), Centro Internacional de Investigaciones sobre Ambiente y Territorio (CIIAT), Fundación para el Desarrollo de Políticas Sustentables (FUNDEPS), Fundación Ambiente y Recursos Naturales (FARN), Protection International, International Service for Human Rights (ISHR), Operación Amazonía Nativa (OPAN), Plataforma Internacional contra la Impunidad, Vecinas Unidas en Defensa de un Ambiente Sano (VUDAS), Representantes do Público do Acordo de Escazú e pessoas e comunidades defensoras; 8) Coalition of Caribbean civil society organizations and experts, supported by the Global Strategic Litigation Council for Refugee Rights; 9) Caribbean Environmental Law Unit of the Faculty of Law at Cave Hill, One Ocean Hub, Renew TT, GNHRE Caribbean Region & ILA Caribbean Branch; 10) Alianza de Defensores de la Tierra, los Pueblos Indígenas y el Medio Ambiente (ALLIED); 11) Instituto dos Advogados Brasileiros (IAB) e Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e 12) Centro pela Justiça e o Direito Internacional (CEJIL), Edison Lanza, la Fundación para la Libertad de Prensa (FLIP), el Centro Mexicano de Derecho Ambiental (CEMDA) e Alexandra Huneus.

11. O escrito mediante o qual o Grupo de Energia de Bogotá apresentou suas observações.

12. Os escritos por meio dos quais as seguintes instituições acadêmicas apresentaram suas observações: 1) Refugee Law Initiative - Working Group on Climate Change, Disasters and Displacement Brian Aycock e Kathryn Allinson University of London; 2) International Justice & Human Rights Clinic e Peter A. Allard School of Law;

3) Center for International Human Rights at Loyola Law School; 4) Sabin Center for Climate Change Law, Columbia Law School; 5) International Human Rights Practicum, Boston College Law School; 6) Notre Dame Law School Human Rights Clinic and Notre Dame Reparations Design and Compliance Lab; 7) The Promise Institute for Human Rights University of California Los Angeles (UCLA) School of Law; 8) University College London (UCL) Public International Law Pro Bono Project; 9) Centre for Law and the Environment at University College Cork, Ireland; 10) International Human Rights Clinic at Santa Clara University School of Law and the International Human Rights Clinic at the University of Illinois Chicago School of Law; 11) Health and Human Rights Initiative of the O'Neill Institute for National and Global Health Law at the Georgetown University Law Center; 12) Cornell Law School; 13) Clínica de Direito Internacional, vinculada à Pontifícia Universidade Católica do Paraná; 14) Grupo de Pesquisa sobre Cortes e Tribunais Internacionais da Universidade Federal de Minas Gerais; 15) Núcleo de Estudos em Direito Internacional e Desenvolvimento Sustentável, vinculado à Pontifícia Universidade Católica do Paraná; 16) Clínica Interamericana de Direitos Humanos do Núcleo Interamericano de Direitos Humanos da Universidade Federal do Rio de Janeiro; 17) Centro Universitário Antônio Eufrásio de Toledo; 18) Grupo de Pesquisa Direito, Ambiente e Justiça no Antropoceno (JUMA) do Departamento de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), Grupo de Estudo e Pesquisa sobre o Sistema Interamericano de Direitos Humanos (GEP-SIDH) do Núcleo de Direitos Humanos do Departamento da PUC-Rio e Observatório Interdisciplinar das Mudanças Climáticas (OIMC) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro; 19) Instituto de Fatos e Normas; 19) Núcleo de Estudos em Tribunais Internacionais da Universidade de São Paulo; 20) Coletivo de Estudos em Direitos Humanos da FGV Direito SP; 21) Núcleo de Estudos em Sistemas de Direitos Humanos da Universidade Federal do Paraná (NESIDH - UFPR), Núcleo de Pesquisa e Extensão em Direito Socioambiental (EKOA - UFPR); 22) Clínica de Direitos Humanos da Universidade Federal de Minas Gerais; 23) Clínica de Empresas, Direitos Humanos e Políticas Públicas do Centro Universitário de Brasília, Grupo de Estudos em Direito, Recursos Naturais e Sustentabilidade (GERN), Faculdade de Direito, Universidade de Brasília; 24) Clínica de Litigância Estratégica e Interesse Público, Núcleo de Desenvolvimento Profissional e Justiça Socioambiental (NDPJUS) e Laboratório de Inovação Para Mudanças Climáticas e Sustentabilidade (LIMCS); 25) Grupo de Estudos e Pesquisa em Direito Internacional da Universidade Federal de Uberlândia; 26) Universidad Nacional de Costa Rica; 27) Universitat Pompeu Fabra Barcelona; 28) Facultad de Ciencias Jurídicas y Sociales de la Universidad Rafael Landívar de Guatemala; 29) Clínica Jurídica de Derecho Ambiental de la Facultad de Ciencias Jurídicas y Sociales de la Universidad Nacional de La Plata, República Argentina; 30) Clínica Jurídica de Movilidad Humana Transfronteriza de la Universidad de Rosario; 31) Centre for Human Rights and Legal Pluralism Faculty of Law at McGill University, Canada Research Chair on Human Rights and International Reparative Justice at the University of Montreal's Faculty of Law; 32) Centro de Investigación Científica Aplicada y Consultoría Integral, Sociedad Civil (CICACI); 33) Observatorio Internacional de Derechos Humanos (OIDH) del Ilustre y Nacional Colegio de Abogados de México (INCAM); 34) Universidad de Guadalajara; 35) Observatorio Sistema Interamericano Derechos Humanos de la Universidad Nacional Autónoma de México; 36) Universidad de Monterrey; 37) Centro Internacional de Derecho Ambiental Comparado (CIDE); 38) Clínica Jurídica de Cambio Climático, Interculturalidad, Ambiente y Derechos Humanos (CIAD) de la Universidad Fidélitas de Costa Rica; 39) Universidad del Rosario; 40) Earth Rights Advocacy, baseada no Centro de Direitos Humanos e Justiça Global da Faculdade de Direito da New York University; 41) Departamento de Derecho del Medio Ambiente de la Facultad de Derecho de la Universidad Externado de Colombia; 42) Kené, Instituto de Estudios Forestales y Ambientales; 43) Facultad de Jurisprudencia, Ciencias Sociales y Políticas de la Universidad de Guayaquil; 44) Grupo de Acciones Públicas, Clínica

Jurídica de la Facultad de Jurisprudencia de la Universidad del Rosario; 45) Club de Derecho Ambiental de la Universidad San Francisco de Quito; 46) Programa de Acción por la Igualdad y la Inclusión Social (PAIIS) de la Facultad de Derecho de la Universidad de Los Andes, Proyecto sobre Discapacidad de la Facultad de Derecho de la Universidad de Harvard (HPOD), Disability-Inclusive Climate Action Research Program (DICARP) of the Center for Human Rights and Legal Pluralism at McGill University; 47) Red Universitaria Anticorrupción (RedUva); 48) Alianza de Clínicas Jurídicas Ambientales de Latinoamérica y el Caribe; 49) Centro de Derechos Humanos del Caribe e Clínica Jurídica de Medio Ambiente y Grupos Étnicos de la Universidad del Norte; 50) Clínica Jurídica en Derechos Humanos de la Universidad Católica Andrés Bello; 51) Brooks McCormick Jr. Animal Law & Policy Program at Harvard Law School; 52) Programa de Derecho Internacional Público del Centro de Investigaciones Jurídicas y Sociales (ProDIP-CIJS) de la Facultad de Derecho de la Universidad Nacional de Córdoba; 53) Grupo de Investigación sobre el Derecho y la Justicia (GIDYJ) de la Universidad Carlos III de Madrid; 54) Centro de Estudio en Derechos Humanos de la Facultad de Derechos de la Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires (UNICEN), Centro de investigaciones en Derecho de la Vejez de la Facultad de Derecho de la Universidad Nacional de Rosario y Programa de Maestría en Derecho de la Vejez de la Universidad Nacional de Córdoba; 55) Clínica Jurídica por la Justicia Social de la Universidad de Valencia; 56) La Carrera de Derecho de la Universidad Católica Boliviana "San Pablo" Sede Cochabamba (UCB-SP); 57) Consejo Internacional de Derecho Ambiental de la Universidad Carlos III de Madrid; 58) Semilleros de Investigación en Derecho Internacional y Derecho Ambiental de la Universidad EAFIT; 59) Clínica de Medio Ambiente y Salud Pública adscrita a la Facultad de Derecho de la Universidad de los Andes; 60) Fundación Lázaro Cárdenas; 61) Clínica de Desarrollo Sustentable y Derecho Ambiental del Instituto Tecnológico Autónomo de México (ITAM); 62) Observatorio de Derechos Humanos (ODH) de la Facultad de Ciencias Económicas y Jurídicas (FCEyJ) de la Universidad de La Pampa (UNLPAM); 63) Semillero de Litigio ante Sistemas Internacionales Protección de Derechos Humanos (SELIDH) e Semillero de Penitenciario y Derechos Humanos de la Facultad de Derecho y Ciencias Políticas de la Universidad de Antioquia; 64) Semillero de Investigación Pacha Paqta e Clínica Jurídica Carlos Gaviria Díaz de la Universidad Industrial de Santander; 65) Clínica de Derechos Humanos del Centro de Investigación y Enseñanza en Derechos Humanos de la Universidad de Ottawa; 66) Clínica de Direitos Humanos do Programa de Pós-Graduação em Direito da Pontifícia Universidade Católica do Paraná e Universidad Internacional de Valencia; 67) Círculo de Derechos Humanos de la Universidad Nacional Mayor de San Marcos; 68) Clínica Jurídica de la Universidad San Francisco de Quito; 70) Cátedra de Pueblos Indígenas y Tribales de la Facultad de Derecho y Ciencia Política de la Universidad Nacional Mayor de San Marcos, Centro de Investigación de Estudiantes de Derecho de la Universidad Nacional San Antonio de Abad del Cusco e Departamento de Derecho Internacional y Relaciones Internacionales da mesma universidade; 69) Grupo de Investigación en Derechos Colectivos y Ambientales (DCA) de la Facultad de Derecho, Ciencias Políticas y Sociales de la Universidad Nacional de Colombia e 71) Grupo de Estudios de Derecho Constitucional y Derecho Internacional de los Derechos Humanos "POLIS-Estudiantil", de la Facultad de Derecho de la Universidad de los Andes, Chile.

13. Os escritos por meio dos quais as seguintes pessoas da sociedade civil apresentaram suas observações por escrito: 1) Christopher Campbell-Durufilé; 2) Dinah Shelton; 3) Eduardo Assad, Julia Arieira, Diego Oliveira Brandão, Carlos A. Nobre; 4) Caroline Foster; 5) Judith Bueno de Mesquita, Koldo Casla, Geoff Gilbert, Stephen Turner e Anil Yilmaz Vastardis; 6) Elisa Fornalé, Veronika Bilková, Laurence Burgorgue-Larsen, Federica Cristani, Sara De Vido, Courtis Doebbler, e An Hertogen; 7) Ezio Costa Cordella e estudantes das Universidades de Chile e Hamburgo; 8) Gamze Erdem Türkelli, Michael

George Marcondes Smith, Arınc Onat Kılıç, Bridget Lewis, Britton Schwartz, Deborah Casalin, Ella Vines, Julia Dehm, Kata Dozsa, Lauren Nishimura, Michael George Marcondes Smith, Rowena Maguire; 9) Ivone Souza Trindade; 10) Alana Carvalho Miranda, Anaine Anikualo Taukane, Carolina Boniatti Pavese, Carolina Mendonça Siqueira, Carla Ribeiro Volpini Silva, Daniela Bertotti, Helena Vilarinho Lima da Silva, Júlia Péret Tasende Társia, Ludmylla Mariana Anselmo; 11) Juan Manuel Parra Salcedo, Isabel Teresa Di Carlo Quero; 12) Rodrigo Soto Lizano; 13) Romina Rekers e equipe de pesquisa; 14) Omar Moreno Hidalgo; 15) Carolina Erika Szmoiz, Ricardo Pascumal Luna, Maraí Moreno Live, Pedro Armijos Valerezo, Daniela Vivanco Cueva, Daniela Valdivieso Burneo, Daniela Lara Herrera, Diana Villavicencio, Evelin Castillo e Damián Puglla; 16) Ellis Quirós; 17) César Francisco Gallegos Pazmiño; 18) Luis Peraza Parga; 19) Lena Riemer e Luca Scheid; 20) Alejandra González Barros, Isabela Uribe Roa, Ana Sofía Valbuena Ramírez e Juan Pablo Sarmiento Erazo; 21) Xochithl Guadalupe Rangel Romero; 22) Eulalia W. Petit de Gabriel e Iraida A. Giménez; 23) Antonio Ruiz Nieves, Jaime Alonso Pachecho Díaz, Dora Patricia Herrera, Juan Carlos Perdomo Córdoba; 24) Eugenio Raúl Zaffaroni e Lucas Ciarniello Ibañez; 25) Jose Ignacio Hernández; 26) Miguel Francisco Contreras Landinez e membros da turma de direito ambiental do semestre 2023-2 da Universidad Pontificia Bolivariana de Bucaramanga; 27) Fernando Arlettaz; 28) Mauro Pucheta; 29) Mijael Kaufman Falchuk e Irene Murillo Ruin; 30) Paula Valeria Duarte Fontecha e Maria Rebeca Elles Bula; 31) Ángela María Acosta Rosas, Daniel Laureano Noguera Santander, Luis Carlos Carvajal Vallejo; 32) Carolina Rodríguez Bejarano e Alejandro Salcedo Jaramillo; 33) Soledad García Muñoz e Erin Daly; 34) Susana Borrás Pentinat e Beatriz Felipe Pérez; 35) Diana Sayira Arevalo Ávila; 36) Thania Gabriela Martínez Pascual, Carla María Martínez Marroquín e Carlos Rafael Martínez Ríos; 37) Zamai Palomera Álvarez, Natalia Miranda Pérez Nava, Carolina Rivera Menéndez, Fabrizio Alejandro, Hernández Bautista, Axa Ballesteros Cueto, Ariana Guadalupe Armenta Alvarez; 38) Pedro Calvay Torres, Claudia Lucia Castro Barnechea, Alicia Alessandra Huertas Meléndez, Daniella Alessandra Llanos Avilez, Roma Marcela Ortiz de Orue Riquelme, Marco Antonio Zelaya Castro, Claudia Rocío Crespo Chávez, Claudia Paulina Mamani Yauri, Vera Camila Delgado Díaz, Mercedes Alejandra Bueno Barra, Franco Gabriel Matías Urquiaga Chuan; 39) Eduardo González Chávez; 40) Diego Valencia; 41) Andrea Carolina Subía Cabrera; 42) Andrés Felipe Ramos Cifuentes, Álvaro Javier Ávila Díaz, Benjamín Quesada, Cristian Felipe Zuluaga Aristizábal, Angélica Moreno-Abdelnur; Manuel Páez Ramírez; 43) Patricio Andrés Trincado Vera; 44) Elizabeth Bravo e 45) Jorge Calderón Gamboa.

CONSIDERANDO QUE:

1. A Secretaria do Tribunal recebeu, dentro do prazo estabelecido, uma quantidade sem precedentes de escritos com observações relevantes sobre o pedido de parecer consultivo devidamente assinados e acompanhados da documentação requerida (Vistos 4 a 13 *supra*).
2. A transcendência e amplitude das questões submetidas à consideração da Corte pressupõem a necessidade de espaços de diálogo direto, diversos e participativos, que contribuam para ilustrar o Tribunal.
3. Dada a natureza consultiva do presente assunto, os Estados membros da OEA que não tenham apresentado observações escritas no presente assunto podem apresentar seus argumentos durante a fase oral do procedimento, caso considerem pertinente.

4. Considera-se conveniente realizar o procedimento oral estabelecido no artigo 73.4 do Regulamento e que a Comissão Interamericana, os Estados membros e todos aqueles que apresentaram suas observações escritas devidamente possam apresentar seus argumentos orais.

POR TANTO:

A PRESIDENTA,

em cumprimento ao disposto nos artigos 24.1 do Estatuto da Corte e 73.4 do Regulamento do Tribunal, e no exercício das atribuições conferidas pelo artigo 31.2 do mesmo,

RESOLVE:

1. Realizar duas audiências públicas presenciais durante os 166° e 167° Períodos Ordinários de Sessões da Corte. A primeira audiência ocorrerá em Bridgetown, Barbados, nos dias 23, 24 e 25 de abril de 2024. A segunda audiência será realizada em Brasília, Brasil, no dia 24 de maio de 2024, e em Manaus, Brasil, nos dias 27, 28 e 29 de maio de 2024.

2. Convocar os Estados, órgãos da OEA, órgãos e organizações internacionais, organizações não governamentais, instituições acadêmicas e pessoas mencionadas no anexo 1 da presente resolução para a audiência pública que será realizada em Bridgetown, Barbados, nos dias 23, 24 e 25 de abril de 2024, durante o 166° Período Ordinário de Sessões, para receber os argumentos orais sobre o pedido de parecer consultivo OC-32 apresentado pela República do Chile e pela República da Colômbia.

3. Solicitar a todos aqueles mencionados no anexo 1 da presente resolução que, até o dia 8 de março de 2024, informem à Secretaria do Tribunal (tramite@cortheidh.or.cr) se desejam participar da audiência para a qual são convocados por esta Presidência e que, na mesma comunicação, enviem os nomes das pessoas que participarão dessa audiência, seus respectivos e-mails e números de telefone de contato, bem como o idioma em que as intervenções serão conduzidas.

4. Convocar os Estados, órgãos da OEA, órgãos e organizações internacionais, organizações não governamentais, instituições acadêmicas e pessoas mencionadas no anexo 2 da presente resolução para a audiência pública que será realizada em Brasília, Brasil, no dia 24 de maio de 2024, e em Manaus, Brasil, nos dias 27, 28 e 29 de maio de 2024, durante o 167° Período Ordinário de Sessões, para receber os argumentos orais sobre o pedido de parecer consultivo OC-32 apresentado pela República do Chile e pela República da Colômbia.

5. Solicitar a todos aqueles mencionados no anexo 2 da presente resolução que, entre os dias 18 e 22 de março de 2024, informem à Secretaria do tribunal (tramite@cortheidh.or.cr) se desejam participar da audiência para a qual foram convocados por esta Presidência e que, na mesma comunicação, enviem os nomes das pessoas que participarão dessa audiência, seus respectivos e-mails e números de telefone de contato, bem como o idioma em que as intervenções serão conduzidas.

6. Informar que a ordem, data e horário das intervenções em cada audiência serão indicados oportunamente, antes da realização das mesmas.

7. Indicar que, por razões logísticas e com a intenção de garantir plenamente a participação pessoal durante as audiências, o Tribunal não considerará solicitações de modificação dos anexos da presente Resolução ou da modalidade presencial das audiências convocadas.

8. Dispor que a Secretaria da Corte Interamericana notifique esta Resolução aos Estados solicitantes, aos demais Estados membros da Organização dos Estados Americanos, a todos os órgãos referidos no artigo 73.1 do Regulamento da Corte e a todos aqueles que apresentaram, oportunamente e de forma completa, suas observações escritas em relação ao pedido de parecer consultivo OC-33.

Nancy Hernández López
Presidenta

Pablo Saavedra Alessandri
Secretário

Comunique-se e execute-se,

Nancy Hernández López
Presidenta

Pablo Saavedra Alessandri
Secretário

**RESOLUÇÃO DA PRESIDENTA DA
CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS
22 DE FEVEREIRO DE 2024**

**PEDIDO DE PARECER CONSULTIVO OC-32
APRESENTADO PELA REPÚBLICA DO CHILE E PELA REPÚBLICA DA COLÔMBIA
SOBRE EMERGÊNCIA CLIMÁTICA E DIREITOS HUMANOS**

ANEXO 1

**CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA A SER REALIZADA EM
BRIDGETOWN, BARBADOS**

ESTADOS
República de Barbados
República de Vanuatu
República da Colômbia
República de El Salvador
Estados Unidos Mexicanos
República do Chile
Antigua e Barbuda
Commonwealth of Bahamas
Belize
República de Cuba
Canadá
Commonwealth of Dominica
Estados Unidos da América
Granada
República da Guatemala
República do Haiti
Jamaica
República do Panamá
República Dominicana
Saint Kitts and Nevis
Saint Lucia
Saint Vicent and the Grenadines
República de Trinidad e Tobago
ÓRGÃOS ESTATAIS
Comisión de Derechos Humanos del Estado de Puebla (México)
ÓRGÃOS DA ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS
Instituto Pan-Americano de Geografia e História
Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) e Relatoria Especial sobre Direitos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais (REDESCA)
ÓRGÃOS E ORGANISMOS INTERNACIONAIS

Programa de las Naciones Unidas para los Asentamientos Humanos, ONU-Hábitat
Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos
Relator Especial das Nações Unidas sobre a proteção e promoção dos direitos humanos no contexto das mudanças climáticas
Comitê Científico Consultivo da Coalizão Clima e Ar Limpos
Relatores Especiais das Nações Unidas sobre substâncias tóxicas e direitos humanos, sobre direitos humanos e meio ambiente, e sobre o direito ao desenvolvimento
Comissão dos Pequenos Estados Insulares sobre Mudança Climática e Direito Internacional
Centro do Sul
International Union for Conservation of Nature
ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS
Our Children's Trust, University Network for Human Rights y Centro Mexicano para la Defensa del Medio Ambiente A.C.
Child Rights International Network (CRIN) e University of Nottingham Human Rights Law Centre
Center for International Environmental Law (CIEL), NYU Climate Law Accelerator (CLX), Greenpeace International (GPI), Open Society Justice Initiative (OSJI) e Union of Concerned Scientists (UCS)
Institute for Governance & Sustainable Development
ClientEarth
International Network of Civil Liberties' Organizations
Fossil Fuel Non-Proliferation Treaty Initiative
Oil Change International and Bank Climate Advocate
Global Legal Action Network (GLAN)
Centro Mexicano de Derecho Ambiental (CEMDA), Nuestros Derechos al Futuro y Medio Ambiente Sano, A.C., (NuestroFuturo A.C.), Iniciativa Climática de México (ICM), Comité Campesino del Altiplano (CCDA) e Unión Verapacense de Organizaciones Campesinas, (UVOC)
World's Youth for Climate Justice (WYCJ)
EarthJustice
International Trade Union Confederation (ITUC) e Trade Union Confederation of the Americas CSA (TUCA)
Climate Analytics Caribbean
Oxfam America
Center for Water Security and Cooperation
Global Climate & Health Alliance
Asociación Centro de Derecho Ambiental y los Recursos Naturales (CEDARENA)
La Ruta del Clima
Frente Sindical de Acción Climática (FSAC)
Center for Democratic and Environmental Rights (CDER)
Centro de Derechos Humanos y Ambiente (CHRE) e Fast Action on Climate to Ensure Intergenerational Justice (FACE)
Anistia Internacional
Acción Ecológica de Ecuador

Coalición Latinoamericana por el Aire Libre (ALAIre)
Instituto de Pequeños y Micro Estados
Red Internacional sobre Cambio Climático, Energía y Derechos Humanos (RICEDH)
Asociación Civil por la Igualdad y la Justicia (ACIJ), Centro de Estudios Legales y Sociales (CELS), Fundar Centro de Análisis e Investigación, Center for Economic and Social Rights (CESR) e la Ruta del Clima
Associação Interamericana para a Defesa do Meio Ambiente (AIDA)
Centro Mexicano de Derecho Ambiental (CEMDA), Healthy Reefs for Healthy People e Associação Interamericana para a Defesa do Meio Ambiente (AIDA)
International Lawyers Assisting Workers (ILAW) Network
La Ruta del Clima de Costa Rica, Asociación Interamericana para la Defensa del Ambiente (AIDA), Center for International Environmental Law (CIEL), e International Network for Economic, Social and Cultural Rights (ESCR-Net)
Fundación para el Estado de Derecho
Movimiento Ciudadano frente al Cambio Climático (MOCICC)
Centro de Información sobre Empresas y Derechos Humanos, Colectivo de Abogados y Abogadas José Alvear Restrepo (CAJAR), Pax Christi Internacional Programa para América Latina y el Caribe, Comité Ambiental en Defensa de la Vida
Centro pela Justiça e o Direito Internacional (CEJIL), Julieta Rossi, Rosa Celorio, Reinhold Gallmetzer, Center for Climate Crime Analysis (CCCA), Alexandra Huneelus, Claudia Martin e Patricia Galvão Ferreira
Iniciativa Global por los Derechos Económicos Sociales y Culturales (GI-ESCR) y Ombudsman Energía México (OEM)
Asociación Interamericana para la Defensa del Ambiente (AIDA), Fundación para el Debido Proceso (DPLF), European Center for Constitutional and Human Rights (ECCHR), FIAN International, Forest Peoples Programme (FPP), Instituto de Defensa Legal (IDL), Jackie Dugard, Minority Rights Group International (MRG) e Proyecto de Derechos Económicos, Sociales y Culturales (ProDESC) e Open Society Justice Initiative (OSJI)
Observatorio para la Gobernanza Marino Costera
EMPRESAS
Grupo de Energía de Bogotá
ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS JUNTAMENTE COM PESSOAS DA SOCIEDADE CIVIL OU INSTITUIÇÕES ACADÊMICAS
Asociación del Código Internacional de Conducta, Fundación Arias para la Paz y el Progreso Humano, Instituto de Enseñanza para el Desarrollo Sostenible, Centro de Ginebra para la Gobernanza del Sector de la Seguridad, Consultorio Jurídico de la Universidad El Bosque, Instituto de estudios para el desarrollo y la paz otros expertos temáticos
Center for Gender & Refugee Studies (CGRS), International Refugee Assistance Project (IRAP), Global Center for Legal Environmental Studies (GCELS) at the Elisabeth Haub School of Law at Pace University, Sir Arthur Lewis Institute of Social and Economic Studies (SALISES) of The University of the West Indies (Mona), Alianza Americas, Refugees International y Shana Tabak
Caribbean Environmental Law Unit of the Faculty of Law at Cave Hill, One Ocean Hub, Renew TT, GNHRE Caribbean Region & ILA Caribbean Branch
INSTITUIÇÕES ACADÊMICAS
The Peter A. Allard School of Law 's International Justice & Human Rights Clinic

Sabin Center for Climate Change Law, Columbia Law School
Notre Dame Law School Human Rights Clinic Y Norte Dame Reparations Design and Compliance Lab
The Promise Institute for Human Rights University of California Los Angeles (UCLA) School of Law
University College London (UCL) Public International Law Pro Bono Project
Health and Human Rights Initiative of the O'Neill Institute for National and Global Health Law at the Georgetown University Law Center
Cornell Law School
Universitat Pompeu Fabra Barcelona
Facultad de Ciencias Jurídicas y Sociales de la Universidad Rafael Landívar de Guatemala
Observatorio Internacional de Derechos Humanos (OIDH) del Ilustre y Nacional Colegio de Abogados de México (INCAM)
Centro Internacional de Derecho Ambiental Comparado (CIDE)
Earth Rights Advocacy, basada en el Centro de Derechos Humanos y Justicia Global de la Facultad de Derecho de New York University
Brooks McCormick Jr. Animal Law & Policy Program at Harvard Law School
Clínica de Desarrollo Sustentable y Derecho Ambiental del Instituto Tecnológico Autónomo de México (ITAM)
PESSOAS DA SOCIEDADE CIVIL
Christopher Campbell-Durufié y Bernard Duhaime
Dinah Shelton
Caroline Foster
Judith Bueno de Mesquita, Koldo Casla, Professor Geoff Gilbert, Stephen Turner e Anil Yilmaz Vastardis
Elisa Fornalé, Veronika Bilková, Laurence Burgorgue-Larsen, Federica Cristani, Sara De Vido, Courtis Doebbler e An Hertogen
Ezio Costa Cordella e estudiantes das Universidades de Chile e Hamburgo
Gamze Erdem Türkelli, Michael George Marcondes Smith, Arınç Onat Kılıç, Bridget Lewis, Britton Schwartz, Deborah Casalin, Ella Vines, Julia Dehm, Kata Dozsa, Lauren Nishimura, Michael George Marcondes Smith, Rowena Maguire
Juan Manuel Parra Salcedo e Isabel Teresa Di Carlo Quero
Rodrigo Soto Lizano
Romina Rekers e equipe de pesquisa
Omar Moreno Hidalgo
Luis Peraza Parga
Alejandra Gonzalez Barros, Isabela Uribe Roa, Ana Sofía Valbuena Ramírez e Juan Pablo Sarmiento Erazo
Xochithl Guadalupe Rangel Romero
Eulalia W. Petit de Gabriel e Iraida A. Giménez
Marco Antonio Ruiz Nieves e Jaime Alonso Pacheco Diaz
Jose Ignacio Hernández
Fernando Arlettaz
Mauro Pucheta

Soledad García Muñoz e Erin Daly
Diana Sayira Arevalo Avila
Pedro Calvay Torres, Claudia Lucia Castro Barnechea, Alicia Alessandra Huertas Meléndez, Daniella Alessandra Llanos Avilez, Roma Marcela Ortiz de Orue Riquelme, Marco Antonio Zelaya Castro, Claudia Rocío Crespo Chávez, Claudia Paulina Mamani Yauri, Vera Camila Delgado Díaz, Mercedes Alejandra Bueno Barra, Franco Gabriel e Matías Urquiaga Chuan
Eduardo González Chávez
Diego Valencia Mendoza
Jorge Calderón Gamboa

**RESOLUÇÃO DA PRESIDENTA DA
CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS
22 DE FEVEREIRO DE 2024**

**PEDIDO DE PARECER CONSULTIVO OC-32
APRESENTADO PELA REPÚBLICA DO CHILE E PELA REPÚBLICA DA COLÔMBIA
SOBRE EMERGÊNCIA CLIMÁTICA E DIREITOS HUMANOS**

ANEXO 2

**CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA A SER REALIZADA EM
BRASÍLIA E MANAUS, BRASIL**

ESTADOS
Estado Plurinacional da Bolívia
República da Costa Rica
República da Colômbia
República do Chile
República do Paraguai
República do Brasil
República Argentina
República do Equador
República da Guiana
República de Honduras
República da Nicarágua
República do Peru
República do Suriname
República do Uruguai
República Bolivariana da Venezuela
ÓRGÃOS ESTATAIS
Procurador de Derechos Humanos (Guatemala)
Ministerio Público de la Defensa (Argentina)
Procurador Corte Suprema de Justicia Provincia de Santa fe (Argentina)
Defensora de los derechos de las niñas, niños y adolescentes (Argentina)
Instituto Federal de Defensoría Pública (México)
Comisión Estatal de Derechos Humanos de Jalisco (México)
Intendencia de Montevideo (Uruguay)
Defensoría del Pueblo (Ecuador)
Comisión Nacional de los Derechos Humanos de Honduras (CONADEH)
ÓRGÃOS DA ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS
Comissão Interamericana de Mulheres
Instituto Interamericano da Criança e do Adolescente
ÓRGÃOS E ORGANISMOS INTERNACIONAIS
Representante Especial do Secretário-Geral das Nações Unidas sobre violência contra crianças
Organização Internacional para as Migrações (OIM)
Relatora Especial das Nações Unidas sobre os direitos humanos dos deslocados internos

Fórum Permanente para Questões Indígenas das Nações Unidas
Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados
Escritório da Secretaria da Convenção de Aarhus e do Relator Especial das Nações Unidas sobre Defensores do Meio Ambiente no âmbito da Convenção de Aarhus
COMUNIDADES
Organización Identidad Territorial Malalweche
Organización Territorial Mujeres en Zona de Sacrificio en Resistencia (MUZOSARE)
Mujeres Unidas en Defensa del Agua: Lago Titicaca Perú-Bolivia
Las comunidades de La Gran Parada, El Rocío y Organización Fuerzas de Mujeres Wayuu, La Guajira (Colômbia)
Povos Wiwa e Kankuamo de la Sierra Nevada de Santa Marta (Colombia)
Comunidades pertencentes ao Povo Lenca, Comunidades pertencentes ao Povo Tolupán, Consejo Cívico de Organizaciones Populares e Indígenas de Honduras (COPINH), Movimiento Amplio por la Dignidad y la Justicia (MADJ) e Women´s Link Worldwide (WLW)
Conselhos Indígenas que compõem o Macroterritório de los Jaguares del Yuruparí (na Amazônia oriental colombiana) e Fundación Gaia Amazonas
Confederación indígena de Neuquén
Coordinadora de Desarrollo y Defensa de los Pueblos Indígenas de la región San Martín (CODEPISAM), Federación de Pueblos Indígenas Kechwa Chazuta Amazonía (FEPIKECHA), Federación de Pueblos Indígenas Kechwas del Bajo Huallaga San Martín (FEPIKBHSAM), Instituto de Defensa Legal (IDL), Forest Peoples Programme (FPP) e Fundação para o Devido Processo (DPLF)
Confederación de Nacionalidades Indígenas del Ecuador (CONAIE), Fundación Pachamama, Centro de Derechos Humanos de la Pontificia Universidad Católica del Ecuador (CDH PUCE) e Coordinadora Ecuatoriana de organizaciones para la Defensa de la Naturaleza y el Medio Ambiente (CEDENMA)
Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (APOINME) e Conselho Terena
Guadalupe Cobos Pacheco, Áurea Sánchez Hernández, Yesenia del Socorro Albino Sánchez, em representação da Comunidade de El Bosque (Tabasco, México) Nuestros Derechos al Futuro y Medio Ambiente Sano A.C. (Nuestro Futuro), Conexiones Climáticas, A.C. (Conexiones Climáticas) e Greenpeace México
EarthRights International em conjunto com as e organizações indígenas, campesinas e afrodescendentes que assinam o documento
Amazon Watch, Observatorio dos Protocolos Autónomos de Consulta e Consentimiento Prévio, Livre e Informado, Centro de Pesquisa e Extensão em Direito Socioambiental (CEPEDIS), Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (APOINME), Associação Indígena Munduruku Dace, Instituto ClimaInfo, Organización de Pueblos Indígenas de la Amazonía Colombiana (OPIAC), Asociación Interétnica de Desarrollo de la Selva Peruana (AIDSESP), Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), Confederación de Nacionalidades Indígenas de la Amazonía Ecuatoriana (CONFENIAE), Alianza por los Derechos Humanos de Ecuador, Unión de Afectados y Afectadas por las Operaciones Petroleras de Texaco (UDAPT) y Federación de Organizaciones indígenas del Napo (FOIN)
André Soares Oliveira, Adryel Gomes dos Santos, Alissa Laura Amaro Pereira, José Gabriel Gomes Ribeiro, Lara Victoria Arnaud Sampaio Campos, Letícia Lopes de Almeida e Mateus de Sá Barreto Sabiá
Patricia Gualinga Montalvo, Assessora Política do Povo Indígena Kichwa de Sarayaku

Justiça Global e APOINME - Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo
ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS
Avaaz Foundation
Alianza Hondureña ante el Cambio Climático
Kura Oqlo Proyecto para los Derechos Humanos
Open Society Justice Initiative
Asociación Interamericana de Defensorías Públicas
Corporación Fiscalía del Medio Ambiente (FIMA)
Territorios Diversos para la Vida
Asociación civil Qhumanta
Red Latinoamericana y Caribeña de Niñas, Niños y Adolescentes (REDNNyAs) e Movimiento Latinoamericano de niñas, niños y adolescente trabajadores (MOLACNNATS)
Centro de Derechos Humanos y Ambiente (CEDHA) Argentina
Iniciativa Americana por la Justicia
Abogadas y Abogados del Noroeste Argentino en Derechos Humanos y Estudios Sociales (ANDHES)
Equipo de Trabajo en Sexualidades y Género AKĀHATĀ, Asociación Feminista Trans AFET, Organización Trans Reinas de la Noche OTRANS-RN, Federación Nacional de Madres, Padres y Familias de Personas con Discapacidad, Colectiva Mariposas, Centro de Atención Progreseño para la Discapacidad (Honduras) e Asociación Vidas Paralelas - Quetzaltenango (Guatemala)
Asociación Ambiente y Sociedad (AAS)
El Veinte, Observatorio del Derecho a la Comunicación (ODC) Chile, Media Defence, Espacio Público y Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo
Asociación Sostenibilidad Equidad y Derechos Ambientales (ENDA) Colombia
Asociación Interamericana para la Defensa del Ambiente (AIDA), Liga Salud Trans, Colombia Diversa, Fundación Plurales, MadreSelva Colectivo Ecologista, Women´s Link Worldwide, Instituto Cordilheira, Tierra Viva y Frida- Young Feminist Fund
Centro de Información sobre Empresas y Derechos Humanos (CIEDH)
Fundación Ambiente y Recursos Naturales (FARN) y comunidades indígenas de la Cuenca de Salinas Grandes y Laguna de Guayatoc (Argentina)
Fundación ProBono Colombia
Sin Fronteras IAP
Centro por la Justicia y el Derecho Internacional (CEJIL) en conjunto con 21 ONG
Corporación Jurídica Libertad
Frente para América Latina de la Juventud del Mundo por la Justicia Climática (World's Youth for Climate Justice)
Red Federal y Plurinacional de Niñeces, Adolescencias y Juventudes (RED NAYJ)
Centro por la Justicia y el Derecho Internacional (CEJIL) en conjunto con Asociación Civil DONCEL, Colectivo de Derechos de Infancia y Adolescencia de Argentina, Coordinadora por los Derechos de la Infancia y la Adolescencia (CDIA) Paraguay; Fundación Emmanuel, Instituto Alana, ONG de Desarrollo Covacha, Plan Internacional, y World's Youth for Climate Justice (WYCJ)
Centro de Derechos Reproductivos
Xumek Asociación para la Promoción y Protección de los Derechos Humanos
FIAN Colombia
Campaña Plurinacional del Agua para la Vida, Fundación Ayuda a la Niñez y la Juventud Che Pibe
Instituto Internacional de Derecho y Sociedad (IIDS)

Defensoría Ambiental
Centro por la Justicia, Democracia e Igualdad (CEJUDI)
Defiende Venezuela
Asociación Interamericana de Defensorías Públicas
Centro de Estudios de Derecho Justicia y Sociedad (Dejusticia)
LACLIMA (Latin American Climate Lawyers Initiative for Mobilizing Action), Grupo de Trabalho de Regime Internacional de Mudanças Climáticas
Conectas Direitos Humanos
ARTIGO 19 Brasil e América do Sul
Dereito internacional sem fronteiras
LACLIMA (Latin American Climate Lawyers Initiative for Mobilizing Action), Grupo de Trabalho de Agricultura e Clima da LACLIMA
ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS JUNTAMENTE COM PESSOAS DA SOCIEDADE CIVIL OU INSTITUIÇÕES ACADÊMICAS
Clínica Ambiental, Acción Ecológica y Programa Andino de Derechos Humanos de la Universidad Andina Simón Bolívar
Centro pela Justiça e o Direito Internacional (CEJIL), Global Action Plan, Kyklos (Chile) e várias universidades
Robert F. Kennedy Human Rights, Centre for Human Rights of the University of Pretoria, Amazon Watch, Red Latinoamericana y del Caribe para la Democracia (REDLAD), ARTICLE 19: Global Campaign for Free Expression, Iniciativa Global pelos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (GI-ESCR) e International Service for Human Rights (ISHR)
Centro pela Justiça e o Direito Internacional (CEJIL), Alexandra Huneus, Centro Mexicano de Derecho Ambiental, A.C. (CEMDA), Center for Climate Crime Analysis (CCCA), Rosa Celorio e Patricia Galvão Ferreira
Asociación Defensoría Ambiental, Centro Mexicano para el Derecho Ambiental (CEMDA), Centro para el Derecho Ambiental Internacional (CIEL), Comunicación y Educación Ambiental, Cultura Ecológica, Centro de Derechos Económicos Sociales y Culturales (CDES), Derecho Ambiente y Recursos Naturales (DAR), Centro Internacional de Investigaciones sobre Ambiente y Territorio (CIIAT), Fundación para el Desarrollo de Políticas Sustentables (FUNDEPS), Fundación Ambiente y Recursos Naturales (FARN), Protección Internacional, Servicio Internacional para los Derechos Humanos (ISHR), Operación Amazonía Nativa (OPAN), Plataforma Internacional contra la Impunidad, Vecinas Unidas en Defensa de un Ambiente Sano (VUDAS), Representantes do Público do Acordo de Escazú e pessoas e comunidades defensoras
Coalition of Caribbean civil society organizations and experts, supported by the Global Strategic Litigation Council for Refugee Rights
Alianza de Defensores de la Tierra, los Pueblos Indígenas y el Medio Ambiente (ALLIED)
Instituto dos Advogados Brasileiros (IAB) e a Universidade Federal do Estado de Rio de Janeiro (UNIRIO)
Centro pela Justiça e o Direito Internacional (CEJIL), Edison Lanza, la Fundación para la Libertad de Prensa (FLIP), el Centro Mexicano de Derecho Ambiental (CEMDA) e Alexandra Huneus
INSTITUIÇÕES ACADÊMICAS
Refugee Law Initiative - Working Group on Climate Change, Disasters and Displacement Brian Aycocock and Kathryn Allinson University of London
Center for International Human Rights at Loyola Law School
International Human Rights Practicum, Boston College Law School
Centre for Law and Environment at University College Cork, Ireland

International Human Rights Clinic at Santa Clara University School of Law e International Human Rights Clinic at the University of Illinois Chicago School of Law
Clínica de Direito Internacional do Programa de Graduação em Direito da Pontifícia Universidade de Católica do Paraná
Grupo de Pesquisa em Cortes e Tribunais Internacionais da Universidade Federal de Minas Gerais
Núcleo de Estudos em Dereito Internacional e Desenvolvimento Sustentável, vinculado a Pontifícia Universidade Católica do Paraná
Clínica Interamericana de Direitos Humanos do Núcleo Interamericano de Direitos Humanos da Universidade Federal do Rio de Janeiro
Centro Universitário Antônio Eufrásio de Toledo
Grupo de Pesquisa Direito, Ambiente e Justiça no Antropoceno (JUMA) do Departamento de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC- Rio), Grupo de Estudo e Pesquisa sobre Sistema Interamericano de Direitos Humanos (GEP-SIDH) do Núcleo de Direitos Humanos do Departamento da PUC-Rio e Observatório Interdisciplinar das Mudanças Climáticas (OIMC) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Instituto de Fatos e Normas
Núcleo de Estudos em Tribunais Internacionais da Universidade de São Paulo
Colectivo de Estudos em Direitos Humanos da FGV Direito SP
Núcleo de Estudos em Sistemas de Direitos Humanos da Universidade Federal do Paraná (NESIDH - UFPR) y Núcleo de Pesquisa e extensão em direito socioambiental (EKOA - UFPR)
Clínica de Direitos Humanos da Universidade Federal de Minas Gerais
Clínica de Empresas, Direitos Humanos e Políticas Públicas do Centro Universitário de Brasília, Grupo de Estudos em Direito, Recursos Naturais e Sustentabilidade (GERN), Faculdade de Direito da Universidade de Brasília
Clínica de Litigância Estratégica e Interesse Público, Núcleo de Desenvolvimento Profissional e Justiça Socioambiental (NDPJUS) e Laboratório de Inovação Para Mudanças Climáticas e Sustentabilidade (LIMCS)
Grupo de Estudos e Pesquisa em Direito Internacional da Universidad Federal de Uberlândia
Universidad Nacional de Costa Rica
Clínica Jurídica de Derecho Ambiental de la Facultad de Ciencias Jurídicas y Sociales de la Universidad Nacional de La Plata, República Argentina
Clínica Jurídica de Movilidad Humana Transfronteriza de la Universidad de Rosario
Centre for Human Rights and Legal Pluralism Faculty of Law at McGill University e Canada Research Chair on Human Rights and International Reparative Justice at the University of Montreal's Faculty of Law
Centro de Investigación Científica Aplicada y Consultoría Integral, Sociedad Civil (CICACI)
Universidad de Guadalajara
Observatorio Sistema Interamericano Derechos Humanos de la Universidad Nacional Autónoma de México
Universidad de Monterrey
Clínica Jurídica de Cambio Climático, Interculturalidad, Ambiente y Derechos Humanos (CIAD) de la Universidad Fidélitas de Costa Rica
Universidad del Rosario
Departamento de Derecho del Medio Ambiente de la Facultad de Derecho de la Universidad Externado de Colombia
Kené, Instituto de Estudios Forestales y Ambientales

Facultad de Jurisprudencia, Ciencias Sociales y Políticas de la Universidad de Guayaquil
Grupo de Acciones Públicas, Clínica Jurídica de la Facultad de Jurisprudencia de la Universidad del Rosario
Club de Derecho Ambiental de la Universidad San Francisco de Quito
Programa de Acción por la Igualdad y la Inclusión Social (PAIIS) de la Facultad de Derecho de la Universidad de Los Andes, Proyecto sobre Discapacidad de la Facultad de Derecho de la Universidad de Harvard (HPOD), Disability-Inclusive Climate Action Research Program (DICARP) of the Center for Human Rights and Legal Pluralism at McGill University
Red Universitaria Anticorrupción (RedUva)
Alianza de Clínicas Jurídicas Ambientales de Latinoamérica y el Caribe
Centro de Derechos Humanos del Caribe e Clínica Jurídica de Medio Ambiente y Grupos Étnicos de la Universidad del Norte
Clínica Jurídica en Derechos Humanos de la Universidad Católica Andrés Bello
Programa de Derecho Internacional Público del Centro de Investigaciones Jurídicas y Sociales (ProDIP-CIJS) de la Facultad de Derecho de la Universidad Nacional de Córdoba
Grupo de Investigación sobre el Derecho y la Justicia (GIDYJ) de la Universidad Carlos III de Madrid
Centro de Estudio en Derechos Humanos de la Facultad de Derechos de la Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires (UNICEN), Centro de investigaciones en Derecho de la Vejez de la Facultad de Derecho de la Universidad Nacional de Rosario y Programa de Maestría en Derecho de la Vejez de la Universidad Nacional de Córdoba
Clínica Jurídica por la Justicia Social de la Universidad de Valencia
Carrera de Derecho de la Universidad Católica Boliviana "San Pablo" Sede Cochabamba (UCB-SP)
Consejo Internacional de Derecho Ambiental
Semilleros de Investigación en Derecho Internacional y Derecho Ambiental de la Universidad EAFIT
Clínica de Medio Ambiente y Salud Pública adscrita a la Facultad de Derecho de la Universidad de los Andes
Fundación Lázaro Cárdenas
Observatorio de Derechos Humanos (ODH) de la Facultad de Ciencias Económicas y Jurídicas (FCEyJ) de la Universidad de La Pampa (UNLPAM)
Semillero de Litigio ante Sistemas Internacionales Protección de Derechos Humanos (SELIDH) e Semillero de Derecho Penitenciario y Derechos Humanos de la Facultad de Derecho y Ciencias Políticas de la Universidad de Antioquia
Semillero de Investigación Pacha Paqta y la Clínica Jurídica Carlos Gaviria Díaz de la Universidad Industrial de Santander
Clínica de Derechos Humanos del Centro de Investigación y Enseñanza en Derechos Humanos de la Universidad de Ottawa; Clínica de Derechos Humanos del Programa de Postgrado en Derecho de la Pontificia Universidad Católica de Paraná e Universidad Internacional de Valencia
Círculo de Derechos Humanos de la Universidad Nacional Mayor de San Marcos
Clínica Jurídica de la Universidad San Francisco de Quito
Cátedra de Pueblos Indígenas y Tribales de la Facultad de Derecho y Ciencia Política de la Universidad Nacional Mayor de San Marcos, Centro de Investigación de Estudiantes de Derecho de la Universidad Nacional San Antonio de Abad del Cusco y Departamento de Derecho Internacional y Relaciones Internacionales da mesma universidade

Grupo de Investigación en Derechos Colectivos y Ambientales (DCA) de la Facultad de Derecho, Ciencias Políticas y Sociales de la Universidad Nacional de Colombia
Grupo de Estudios de Derecho Constitucional y Derecho Internacional de los Derechos Humanos "POLIS-Estudiantil", de la Facultad de Derecho de la Universidad de los Andes, Chile
PESSOAS DA SOCIEDADE CIVIL
Eduardo Assad, Julia Arieira, Diego Oliveira Brandão e Carlos A. Nobre
Ivone Souza Trindade
Peret e outras
Pascumal luna e outros
Ellis Quirós
César Francisco Gallegos Pazmiño
Lena Riemer e Luca Scheid
Eugenio Raúl Zaffaroni e Lucas Ciarniello Ibañez
Miguel Francisco Contreras Landinez e membros da turma de direito ambiental do semestre 2023-2 da Universidad Pontificia Bolivariana de Bucaramanga
Mijael Kaufman Falchuk e Irene Murillo Ruin
Paula Valeria Duarte Fontecha e Maria Rebeca Elles Bula
Ángela María Acosta Rosas, Daniel Laureano Noguera Santander e Luis Carlos Carvajal Vallejo
Carolina Rodríguez Bejarano e Alejandro Salcedo Jaramillo
Susana Borrás Pentinat e Beatriz Felipe Pérez
Thania Gabriela Martínez Pascual, Carla María Martínez Marroquín e Carlos Rafael Martínez Ríos
Zamai Palomera Álvarez, Natalia Miranda Pérez Nava, Carolina Rivera Menéndez, Fabrizio Alejandro, Hernández Bautista, Axa Ballesteros Cueto e Ariana Guadalupe Armenta Álvarez
Andrea Carolina Subía Cabrera
Andrés Felipe Ramos Cifuentes, Álvaro Javier Ávila Díaz, Benjamín Quesada, Cristian Felipe Zuluaga Aristizábal, Angélica Moreno-Abdelnur e Manuel Páez Ramírez
Patricio Andrés Trincado Vera
Elizabeth Bravo